

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



5.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1290

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações (40.ª Reunião / 25.ª Sessão Extraordinária
- Realizada em 2018/10/30):

Deliberação n.º 448/AML/2018 - Voto n.º 040/01 - «Voto de Pesar por José Sarmento de Matos» - Subscrito pelos Grupos Municipais do CDS-PP, PSD, MPT e PPM
pág. 2228 (126)

Deliberação n.º 449/AML/2018 - Voto n.º 040/02 - «Voto de Pesar pelo falecimento do Olisipógrafo José Sarmento de Matos» - Subscrito pela Senhora Presidente da Assembleia e pelos Grupos Municipais do PS e do PSD e pelo Deputado Municipal Independente Rui Costa
pág. 2228 (128)

Deliberação n.º 450/AML/2018 - Recomendação n.º 040/04
- Resultante do Parecer da 8.ª Comissão Permanente sobre a Petição n.º 10/2018 - «Mais estacionamento em Benfica»
- Subscrita pela 8.ª Comissão Permanente
pág. 2228 (129)

Deliberação n.º 451/AML/2018 - Recomendação n.º 040/01
- Resultante do Parecer da 2.ª e 7.ª Comissões Permanentes sobre a Petição n.º 12/2018 - «Benfica é Lisboa, em defesa do comércio tradicional de Benfica e da Identidade local»
- Subscrita pelas 2.ª e 7.ª Comissões Permanentes
pág. 2228 (130)

Deliberação n.º 452/AML/2018 - Recomendação n.º 040/02
- Retificada - Resultante do Parecer das 3.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre a Petição n.º 13/2018 - «Salvaguardar as pessoas para salvaguardar a vida e história da Madragoa»
- Subscrita pelas 3.ª e 5.ª Comissões Permanentes
pág. 2228 (131)

Deliberação n.º 453/AML/2018 - Recomendação n.º 040/03
- Resultante do Parecer da 1.ª Comissão Permanente sobre a Petição n.º 16/2018 - «Pelo Comércio de Proximidade - Pela nossa Sobrevivência» - Subscrita pela 1.ª Comissão Permanente
pág. 2228 (132)

Deliberação n.º 454/AML/2018 - Proposta n.º 004/PAM/2018
- Ajustamento da grelha de tempos - Subscrita pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal
pág. 2228 (133)

Deliberação n.º 455/AML/2018 - Proposta n.º 005/PAM/2018
- Alteração às Comissões Permanentes da Assembleia Municipal de Lisboa para o mandato de 2017-2021 - Subscrita pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal
pág. 2228 (134)

Deliberação n.º 456/AML/2018 - Proposta n.º 001/PAN/2018
- Debate Temático - Lisboa e os animais: os desafios da sociedade atual, ao abrigo do disposto no artigo 39.º do Regimento - Subscrita pelo Grupo Municipal do PAN
pág. 2228 (135)

Deliberação n.º 457/AML/2018 - Proposta n.º 001/IND/2018
- Debate Temático «Carta de Lisboa - Direitos e Responsabilidades», ao abrigo do disposto no artigo 39.º do Regimento - Subscrita por cinco Deputados Municipais Independentes
pág. 2228 (139)

Deliberação n.º 458/AML/2018 - Proposta n.º 330/CM/2018
- Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lisboa, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara
pág. 2228 (141)

Deliberação n.º 459/AML/2018 - Proposta n.º 327/CM/2018
- Qualificação como estruturante de um conjunto de vias da Cidade, para efeitos de gestão e manutenção de arvoredo e outras espécies arbóreas e arbustivas e dos espaços verdes, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara
pág. 2228 (249)

Deliberação n.º 460/AML/2018 - Proposta n.º 668/CM/2018
- Autorização para a repartição de encargos, bem como para, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo do contrato, fazer ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos consumos ou dos serviços efetivamente prestados, e autorização prévia para a assunção de compromissos para os anos económicos de 2019 a 2022, no âmbito do Concurso Público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia, para a aquisição de serviços de assistência técnica a viaturas municipais de marca IVECO, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro
pág. 2228 (251)

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

40.ª Reunião / 25.ª Sessão Extraordinária - Realizada em 2018/10/30

DELIBERAÇÃO N.º 448/AML/2018

Voto n.º 040/01 – “Voto de Pesar por José Sarmento de Matos”

Subscrito pelos Grupos Municipais do CDS-PP, PSD, MPT e PPM

Aprovado por unanimidade

Voto de pesar por José Sarmento de Matos

José Sarmento de Matos, olisipógrafo por excelência da cidade de Lisboa, morreu este Domingo – 28 de Outubro de 2018 – aos 72 anos.

DELIBERAÇÃO N.º 459/AML/2018

Proposta n.º 327/CM/2018 – Qualificação como estruturante de um conjunto de vias da Cidade, para efeitos de gestão e manutenção de arvoredo e outras espécies arbóreas e arbustivas e dos espaços verdes, nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara

Aprovada por unanimidade

(Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário)

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

PROPOSTA N.º 327/2018

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a qualificação como estruturante de um conjunto de vias da Cidade, para efeitos de gestão e manutenção de arvoredo e outras espécies arbóreas e arbustivas e dos espaços verdes

Através da Deliberação n.º 6/AML/2014, publicada na Edição Especial n.º 1 do Boletim Municipal, de 22 de janeiro de 2014, a Assembleia Municipal aprovou o elenco das missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade, bem como dos espaços, das vias e dos equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução daquelas missões, nos termos da Proposta n.º 915/2013, e, ainda, os critérios de transição de recursos humanos, nos termos da Proposta n.º 916/2013.

Esta Deliberação integrou um processo pioneiro, levado a cabo pela cidade de Lisboa, na sequência da publicação da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, que constituiu um exemplo na descentralização de competências e valorização do trabalho concertado entre o Município e as Freguesias, e os demais atores.

Na sequência da referida Deliberação foram celebrados entre o Município e as várias Freguesias os respetivos autos de efetivação da transferência de competências, tendo a sua execução sido acompanhada, através de um processo de monitorização submetido à Câmara e à Assembleia Municipal.

A experiência decorrente deste processo de reorganização permite concluir que o exercício destas competências pelas freguesias possibilita prestar um serviço público de maior proximidade aos cidadãos, com maior eficiência e eficácia no que respeita à gestão dos respetivos recursos, valorizando o papel das freguesias no quadro de gestão da cidade, e assegurando o cumprimento dos princípios da subsidiariedade, da descentralização e da valorização da autonomia do poder local, aliás, constitucionalmente consagrados.

Em matéria de intervenção nas vias estradais, nos termos da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, bem como na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem competências próprias das freguesias a conservação e reparação da sinalização horizontal e vertical (artigo 12.º, alínea f) da Lei n.º 56/2012).

Porém, a gestão global do domínio público rodoviário municipal é competência dos municípios, conforme decorre do disposto na referida Lei, conjugado com o artigo 33.º, n.º 1, alínea qq), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como com a Lei n.º 2110, de 19 de agosto de 1961, que aprovou o Regulamento da Estradas e Caminhos Municipais.

Está, por isso, legalmente cometida ao Município de Lisboa a responsabilidade de conservação dessas vias, definir sentidos de trânsito, aprovar a colocação da sinalética, bem como, em termos mais globais, assegurar a estratégia e planeamento em matéria de definição da rede viária, sem prejuízo das competências delegadas nas freguesias e das suas competências próprias.

Do mesmo modo, e especialmente numa matéria tão relevante para a proteção de pessoas e bens, compete ao Município de Lisboa criar as condições para que a circulação nessas vias ocorra em perfeita segurança.

Ora, neste quadro, verifica-se que várias vias estradais, na cidade de Lisboa, são ladeadas por arvoredo, cujas competências de gestão, em regra, estão cometidas às freguesias.

Com efeito, nos termos do Regulamento Municipal do Arvoredo de Lisboa, publicado no Diário da República n.º 231/2017, Série II, de 2017-11-30, *"a CML é a responsável pela gestão e manutenção do património arbóreo compreendido nos espaços verdes considerados de natureza estruturante, enquanto as Juntas de Freguesia, ao abrigo da sua competência própria para gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes, prevista na alínea a) do Artigo 12.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, são responsáveis pela proteção, gestão e manutenção do património arbóreo compreendido nas áreas que lhe estão afetas, ou seja, nas áreas que não tenham sido consideradas de natureza estruturante"*.

A boa gestão de algumas vias recomenda a intervenção articulada no que respeita ao arvoredo e outras espécies arbóreas e arbustivas nas áreas do espaço público envolvente.

Nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da referida Lei n.º 56/2012, *"As competências referidas no artigo anterior que se revelem indispensáveis para a gestão direta pela câmara de espaços, vias ou equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução de missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade mantêm-se no âmbito de intervenção da Câmara Municipal de Lisboa."*

Estabelece-se, ainda, no n.º 2 do mesmo artigo que *"A câmara municipal deve identificar e, mediante proposta fundamentada, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o elenco das missões, bem como dos espaços, das vias e dos equipamentos a que se refere o número anterior"*.

Assim, através da presente iniciativa, propõe-se que o Município de Lisboa assuma a gestão de arvoredo e outras espécies arbóreas e arbustivas num conjunto de vias estratégicas, em concreto da Praça dos Restauradores, Avenida da Liberdade, Praça Marquês de Pombal, Avenida Fontes Pereira de Melo, Praça Duque de Saldanha, Avenida da República, Rotunda de Entrecampos e Campo Grande, qualificando-as como estruturantes, para este efeito, sem prejuízo das demais competências atuais das freguesias abrangidas.

Assim, em face do exposto, ao abrigo dos preceitos legais supra citados, bem como da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa, delibere aprovar submeter à Assembleia Municipal a qualificação da Praça dos Restauradores, da Avenida da Liberdade, da Praça Marquês de Pombal, da Avenida Fontes Pereira de Melo, da Praça Duque de Saldanha, da Avenida da República, da Rotunda de Entrecampos e do Campo Grande, como estruturantes para efeitos de gestão e manutenção de arvoredo e outras espécies arbóreas e arbustivas e dos espaços verdes nas referidas vias.